



124

098

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0171330-0  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco  
AGRAVADO: Ivaldo Firmino dos Santos  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. AUXÍLIO INVALIDEZ.

R 5524

1. Quanto ao valor do auxílio-invalidez, é pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos (precedentes). 2. Nesses termos, é de rigor reconhecer a legitimidade das alterações legislativas levadas a efeito seja pela Lei Complementar Estadual nº 32/2001 – que vedou “a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo” – seja pela Lei Estadual nº 12.731, de 15 de dezembro de 2004 – que, revogando o § 5º do art. 92 da Lei Estadual nº 10.426/90, estipulou para o auxílio-invalidez o valor fixo e nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). 3. No contexto da garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos, e do cotejo dos demonstrativos de pagamento carreados aos autos, verifica-se que o autor/agravado não demonstrou ter havido redução do valor nominal de seus proventos. 4. Nesse panorama, dá-se provimento ao agravo, para o fim de cassar a liminar deferida em primeiro grau.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0171330-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de Janeiro de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

099

120  
9

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0171330-0  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco  
AGRAVADO: Ivaldo Firmino dos Santos  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto em face da decisão interlocutória prolatada pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital (fls. 93), que, nos autos da ação ordinária nº 001.2007.038282-5, **deferiu** a antecipação de tutela pleiteada pelo autor/agravado, consistente na restauração da forma de cálculo da vantagem remuneratória denominada "**auxílio-invalidez**".

O agravado, militar estadual reformado, pleiteia, na via ordinária, a percepção da referida vantagem em valor equivalente ao **soldo de cabo**, nos moldes anteriores à edição da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

No feito em curso no primeiro grau, o ora agravado aduziu ter "**direito adquirido**" ao pagamento da citada vantagem nos termos disciplinados pelo art. 92, da Lei Estadual nº 10.426/90, em sua redação original, que dispunha, em seu § 5º, que o benefício em comento não poderia ser inferior ao soldo de cabo, eis que a sua passagem à inatividade teria ocorrido sob a vigência desse disciplinamento.

O Estado de Pernambuco, ora agravante, alegou em breve suma: (i) inexistir dispositivo legal a amparar o pleito do autor/agravado, eis que o § 5º do art. 92 da Lei nº 10.426/90 foi revogado pela Lei nº 12.731/04; (ii) o valor do auxílio-invalidez passou a corresponder ao montante nominal vigente na data da edição da LCE 32/2001, até a superveniência da Lei Estadual nº 12.731/2004, que estipulou para tal vantagem o valor fixo e nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e (iii) que a modificação da forma de cálculo, ocorrida na espécie, não importou em decréscimo do valor total de seus proventos, sendo certo que inexistente direito adquirido a regime jurídico remuneratório pelos servidores públicos.

O agravado não ofertou contra-razões, apesar de regularmente intimado (fls. 108).

1

AI 0171330-0



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

100

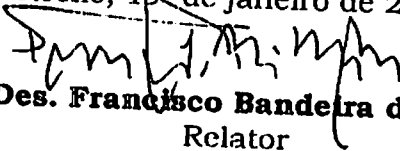
121  
9

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer às fls. 115/117, opinou pelo provimento do recurso.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 19 de janeiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

101

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0171330-0  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco  
AGRAVADO: Ivaldo Firmino dos Santos  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

No que concerne à questão do valor do auxílio-invalidez, é pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos.

Trago à colação os seguintes arestos da Corte Suprema:

**"EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento."**  
(RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

**"E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRADO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em**

126  
1

102



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

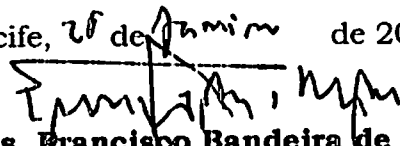
*consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes.”(RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.*

Fixada a inexistência de direito adquirido à forma de cálculo de vantagem remuneratória por parte dos servidores públicos, é de rigor reconhecer a legitimidade das alterações legislativas levadas a efeito seja pela Lei Complementar Estadual nº 32/2001, que vedou “a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo” – inclusive, é claro, do soldo de cabo, até então patamar mínimo do benefício em apreço – seja pela Lei Estadual nº 12.731, de 15 de dezembro de 2004, que, revogando o § 5º do art. 92 da Lei Estadual nº 10.426/90, estipulou para o auxílio-invalidez o valor fixo e nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Por fim, no contexto da garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos, verifico, do cotejo dos demonstrativos de pagamento carreados aos autos (fls. 41/71), que o autor/agravado não demonstrou ter havido redução do valor nominal de seus proventos; ao revés, o que se observa é um aumento do valor nominal da vantagem em questão.

Ante o exposto, diante da ausência de requisito essencial ao direito à percepção do auxílio-invalidez, nos termos descritos pelo § 2º do art. 92 da Lei Estadual nº 10.426/90, e sendo certo que a decisão agravada está em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, e bem assim com a jurisprudência deste próprio Tribunal, **dou provimento** ao presente recurso de Agravo de Instrumento, a fim de cassar a liminar deferida em primeiro grau.

É como voto.

Recife, 28 de *junho* de 2010.  
  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator